

A CONSTITUINTE ESCOLAR E A EDUCAÇÃO BÁSICA DO CAMPO

Isabel Rosa Gritti – UFFS
isabel.gritti@gmail.com

Graciela Regina Gritti Pauli – 15 CRE
gracielapauli@yahoo.com.br

Eixo 4: Organização do trabalho pedagógico nas escolas públicas na Educação Básica (projeto político pedagógico, gestão, currículo, avaliação, cultura, políticas de acesso e permanência).

Resumo: Este trabalho discute a participação das escolas do campo pertencentes a rede pública estadual no Município de Erechim/RS no Movimento da Constituinte Escolar. Tal movimento iniciou em 1999 e seguiu com intensos debates em diversos espaços pedagógicos até 2002 momento de reconstrução/construção dos Projetos Políticos Pedagógicos e Regimentos das escolas onde os Princípios e Diretrizes construídos coletivamente deveriam se fazer presentes.

Palavras - Chaves: Escolas do Campo. Constituinte Escolar. Democrática e Popular.

A CONSTITUINTE ESCOLAR

Este texto analisa como a educação dos trabalhadores do campo figurou no processo denominado Constituinte Escolar com o objetivo de mostrar a participação da comunidade na discussão e construção do Projeto Político Pedagógico e do Regimento Escolar das Escolas Estaduais do Município de Erechim/RS no ano de 1999 a 2002 situadas no Campo. O movimento que buscou envolver a sociedade gaúcha na discussão/construção do Projeto Político Pedagógico das Escolas, a partir dos interesses e necessidades dos seus sujeitos foi a Constituinte Escolar. Compreendido como um importante instrumento

para a construção da Democracia Participativa do Governo do Estado do Rio Grande do Sul na área da Educação. Assim como, o Orçamento Participativo é um espaço de participação popular na definição de políticas públicas e de fortalecimento do controle social sobre o Estado, a Constituinte é um espaço concreto da Secretaria da Educação, para que educadores (as) estudantes, funcionários (as), movimentos sociais populares, Instituições de Ensino Superior e Instituições do Poder Público ocupem o seu lugar nas definições dos rumos da educação e da escola pública e, consequentemente, resgatem o seu lugar na história do nosso Estado. Estamos construindo um grande movimento que, através de debates, estudos e socialização de experiências, oportuniza de forma inédita, que a comunidade do Rio Grande do Sul vivencie, de forma participativa, a vida da escola pública. Assim, a Constituinte Escolar vem se consolidando enquanto Movimento Político Pedagógico de resgate/apropriação da educação e da escola pública pela comunidade escolar e pelos setores populares. (TEXTO BASE PARA AS PRÉ – CONFERÊNCIAS MUNICIPAIS/MICRORREGIONAIS DA EDUCAÇÃO, 2000).

Para o estudo que estamos nos propondo nos valeremos dos documentos produzidos

pela Secretaria Estadual de Educação relativos à Constituinte Escolar, como cadernos temáticos, cadernos pedagógicos, textos base para as pré-conferências municipais, regionais e estaduais, bem como, as atas relativas a Constituinte Escolar, o Projeto Político Pedagógico e o Regimento da Escola Estadual de Ensino Fundamental Rosa Argenta.

Este amplo e significativo movimento junto às escolas da rede estadual de ensino, com o objetivo de discutir a escola que tínhamos e propor a escola que queríamos teve início em abril de 1999. Sua concepção fundamentou-se no grande educador brasileiro Paulo Freire.

A discussão envolveu todos os segmentos escolares. Professores, alunos, funcionários e pais. Nos diferentes momentos da discussão a participação dos segmentos foi significativa. Foram quatro anos de debates intensos. A construção da escola democrática e popular mobilizou apaixonadamente a comunidade gaúcha. O resultado foi a definição de Princípios e Diretrizes que norteassem a rediscussão e reelaboração dos Projetos Pedagógicos na perspectiva da Escola Democrática e Popular, uma vez que:

Ampliar e qualificar a Participação Popular são condições para praticar e consolidar a Democracia Participativa, na qual, ser sujeito não é apenas votar e delegar poder, mas, principalmente, participar, interferir nas definições políticas, econômicas e sociais. Isto significa conceber como Democracia não apenas um meio para se tomar o poder; é necessário que a Democracia em nível político e social seja muito mais do que isso [...]. A Participação Popular não acontece apenas através dos mecanismos institucionais e/ou legais, como o voto (em período de eleições), ela vai além deles uma vez que é um processo social que possibilita às camadas populares, além de manifestar seus anseios, interesses e necessidades, interferir, influenciar, participar da elaboração e da tomada de decisão, bem como, controlar sua implementação. Falar da Participação Popular é tratar, necessariamente, da construção do ser humano enquanto sujeito da história (REGIMENTO DA CONFERÊNCIA ESTADUAL DA EDUCAÇÃO, p. 2).

A Constituinte Escolar foi um processo de reflexão a partir das práticas pedagógicas concretas, tanto de educadores (as), quanto de pais, funcionários (as), estudantes, analisando o contexto – tanto local quanto regional, estadual e nacional em que as práticas acontecem e onde as escolas estão inseridas.

O processo de discussão e reflexão foi organizado em cinco momentos, “esses momentos são estritamente articulados entre si, constituindo assim uma unidade, que é o processo na sua totalidade – que é mais do que a ‘soma’ dos cinco momentos que o constituem” (CADERNO 1, CONSTITUINTE ESCOLAR, 1999, p. 6). Os momentos foram organizados da seguinte maneira:

O Primeiro Momento constituiu-se na elaboração da proposta, na sensibilização da comunidade escolar e na preparação das condições para o desencadeamento do processo e lançamento da Constituinte.

Inicialmente a proposta foi apresentada para todas as escolas, universidades, movimentos sociais, secretários municipais de educação de abrangência da 15ª Coordenadoria Regional de Educação apresentando a metodologia de trabalho e apontando que o Movimento da Constituinte Escolar definiria as linhas básicas da Política Educacional a ser implementada pelo Governo do Estado.

O Segundo Momento caracterizou-se pelo estudo da realidade regional contextualizada (social, econômica, política, cultural...), o resgate das práticas pedagógicas e o levantamento das temáticas para posterior aprofundamento. Por compreender que:

Meu papel no mundo não é só o de quem constata o que ocorre, mas também de quem intervém como sujeitos de ocorrências. Não sou apenas objeto da história, mas sou sujeito igualmente. No mundo da história, da cultura, da política, constato não para me adaptar, mas para mudar (FREIRE, 2000, p. 79).

Cada escola estudou sua comunidade, resgatou e refletiu sobre as práticas pedagógicas por ela vivenciadas. Foram organizados encontros regionais de análise de conjuntura e seminários de socialização de práticas pedagógicas relacionadas a construção de uma escola democrática e popular.

O Segundo Momento, ou seja, a reflexão da comunidade escolar sobre sua prática pedagógica foi registrada pela Escola Estadual de Ensino Fundamental Carmem Scotti Pacheco de São José do Ouro em dezembro de 1999 com a presença de pais, professores, alunos e funcionários, da seguinte forma:

com o objetivo de promover uma reflexão sobre a relação dos pais com a escola. Após foi colocado o estudo realizado pela Área de Estudos Sociais que pesquisou a origem da Escola Carmem Scotti Pacheco, sua clientela, objetivos e a relação escola/comunidade. A seguir, os professores da Área de Matemática expuseram os dados colhidos com a pesquisa que os mesmos desenvolveram sobre a educação: evasão, conclusão do primeiro grau, repetência e suas prováveis causas. Por fim a Área de Português, que também pesquisou, colocou dados sobre a Escola ontem, a participação dos pais na escola, conservação, patrimônio, festas, promoções etc. Em seguida, foi dado espaço para a participação dos presentes para que perguntassem, discutissem e questionassem os assuntos expostos. Surgiram várias opiniões referentes à educação, a relação professor/ aluno, os limites, a disciplina, a participação dos pais na educação, o resgate de valores fundamentais para a formação do aluno enquanto ser humano e cidadão. Também foram levantadas sugestões para resolver e amenizar os problemas que existem na escola. Foi levantado a qualidade do ensino oferecido pela Escola Carmem Scotti Pacheco e a sua importância para a formação das crianças e jovens da região (ATA N.05/99 LIVRO DE ATAS DA CONSTITUINTE ESCOLAR, p. 3).

O Terceiro Momento foi de estudo, reflexão, ou seja, de aprofundamento das temáticas levantadas no segundo momento.

O Quarto Momento culminou com a definição dos Princípios e Diretrizes da Escola Democrática e Popular.

Entendendo Princípio como alicerce da construção, expressa concepção de mundo. É abrangente, orientador do processo de construção e inegociável, dele não se abre mão. Revela intencionalidade política e filosófica.

Diretriz entendida como desdobramento, operacionalização do Princípio. Orientadora dos caminhos, fazendo pontes entre a teoria e a prática, possibilitando a concretização dos Princípios através da ação. É a ferramenta que possibilita perceber as contradições entre princípios e ações.

O Quinto Momento, último do Processo que se desenvolveu ao longo de três anos e meio, foi o de reconstrução dos projetos políticos pedagógicos e dos regimentos das diferentes instâncias da Secretaria de Educação, quais sejam, as escolas, as coordenadorias e a secretaria.

O estudo da realidade e o resgate das práticas pedagógicas possibilitou que fossem apontados os Temas e as Temáticas que foram aprofundadas no Terceiro Momento da Constituinte Escolar. As Temáticas elencadas foram: Democracia e participação; Construção social do conhecimento; Políticas públicas e educação e Concepção de educação e desenvolvimento.

Estas Temáticas foram desdobradas em Temas num total de vinte e cinco (25) e aprofundados, primeiro com discussão nas escolas, depois nas Assembleias Regionais e por último nas Assembleias Estaduais. Entre os Temas, o de número dezoito foi o da Educação do Meio Rural.

Na apresentação dos Cadernos Temáticos encontramos a defesa do aprofundamento dos estudos dizendo que a lógica para o aprofundamento dos Temas e Temáticas tem como ponto de partida a prática cotidiana da escola na relação com a comunidade em que se insere. Após analisá-la com suficiente globalidade, podemos chegar a uma visão histórica e contextualizada da sociedade e, então, voltar à prática para compreendê-la teórica e criticamente. A compreensão teórica e crítica da prática nos possibilita ter uma ação de intervenção que avance na direção de uma escola democrática e popular.

Ao estudarmos determinado Tema, nos apropriamos de elementos que permitem um novo olhar sobre a nossa prática, compreendendo-a, agora, em outro nível: no conjunto de relações que há entre a prática local e a totalidade em nível estadual/nacional, na totalidade em que a prática está inserida. Esta totalidade é a relação que se estabelece entre o Tema (micro/prática) e a Temática (macro/contexto sócio-histórico) (CADERNO TEMÁTICO, n.18, p. 3).

A EDUCAÇÃO DO MEIO RURAL

O Caderno de Educação do Meio Rural elaborado, assim como, os demais vinte e quatro Temas foram construídos com o objetivo de auxiliar no aprofundamento do mesmo. E seguiu a mesma lógica desenvolvida até aqui. Problematização Inicial; Aprofundamento Teórico e Plano de Ação.

O Aprofundamento Teórico apresentava elementos teóricos que, a partir da problematização, auxiliaram o estudo com elaborações que possibilitam estabelecer novas relações e compreensões sobre o Tema, relacionando-o com as Temáticas.

O Plano de Ação remete à indicação de ações que transformem a prática que deu origem ao estudo do Tema. As práticas, já não são mais percebidas como naturais, sem intencionalidade definida. São localizadas em uma determinada sociedade e época, com sujeitos que as fazem existir a partir de suas ações, sempre com consequências concretas. Entendida assim, a prática pode ser alterada pelos sujeitos que a vivenciam, propondo formas de intervenção que superem os conflitos identificados no momento em que foi resgatada e analisada (CADERNO TEMÁTICO, n. 18, p. 3).

Para Brandão

o educador que fez a escolha da educação popular deve saber que a multiplicação de alguns gestos simples vividos na escola, ao mudar para melhor as pessoas, haverá de participar do que constrói a multidão daqueles que participarão do tomar nas mãos o que transforma o rumo e o destino de seus mundos sociais. mas nada disso se faz por acaso, assim como nada de importante se realiza por decreto. na verdade como sempre acontece quando estamos lidando com o saber e o aprender, o que se vive é um cuidadoso e lento trabalho de lidar com momentos inesperados da experiência de vida de cada pessoa educada (2002, p. 43).

Toda discussão em torno das práticas pedagógicas relativas à Educação Básica do Campo culmina na realização da II Conferência Estadual Por Uma Educação Básica do Campo em abril de 2002, em Porto Alegre. Análise da conjuntura agrária e agrícola, bem como, da estrutura socioeconômica mais ampla, a situação da educação no campo, os avanços e desafios na gestação de um Projeto de Desenvolvimento Sustentável e o legado de Paulo Freire para a Educação Básica do Campo, além de relatos de experiências contemplando todos os níveis e modalidades da Educação, marcaram a conferência. Com isso

revelou-se o protagonismo de inúmeras comunidades escolares, educadores e educandos, agricultores, indígenas, técnicos, agentes e militantes dos Movimentos Sociais organizados e entidades de assessoria que vêm demonstrando no cotidiano a viabilidade de uma outra educação, baseada na inclusão e na afirmação da identidade do trabalho e da vida no campo. Há aqui experiências extremamente significativas e inovadoras, representativas do trabalho realizado no conjunto do

Estado, que revelam nas suas práticas como está se dando a transição da Educação do Campo que temos para a Educação do Campo que queremos. (II CONFERÊNCIA ESTADUAL POR UMA EDUCAÇÃO BÁSICA DO CAMPO, 2002, p. 7).

Ao final da II Conferência Estadual Por Uma Educação Básica do Campo foi lançada a Carta de Compromissos e Desafios. Na qual o participante da Conferencia reafirmam e publicizam seu comprometimento para com o desenvolvimento de uma educação do campo voltada aos interesses, necessidades e demandas emergentes de um novo “projeto de desenvolvimento que respeite a identidade e a cultura dos povos do campo”.

Na Carta consta que “a Educação do Campo é maior que a Escola, pois ela está presente no movimento do povo, na organização e formação dos movimentos sociais, na assessoria técnica, entre outros, e que a Escola deve estar inserida e a serviço das comunidades” Podemos perceber que a concepção de educação do Campo está em consonância com a concepção de educação presente na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, LDB 9394/96, ou seja a compreensão de que a educação não se limita à escola.

“À escola é atribuída a tarefa ‘de despertar a consciência crítica para que o povo do campo possa’ cultivar” um projeto alternativo de agricultura e de vida no campo, desvelando o papel que a educação cumpriu na implementação da proposta de desenvolvimento no meio rural (Revolução Verde) como na divulgação de pacotes agrícolas e na justificação da expulsão das pessoas do campo”. Aqui a alusão do papel da escola, a compreensão de que a escola tem contribuído, historicamente para implementar o projeto do capital para a agricultura. Então, se coloca como necessária a construção de uma “nova escola” fundamentada num novo projeto de produção e de vida do campo.

Ainda, espera-se que a escola contribua “no desenvolvimento da consciência crítica das educandas e dos educandos, das educadoras e dos educadores e da comunidade através da leitura da realidade local contextualizada e da análise das consequências para a agricultura familiar do projeto de desenvolvimento imposto pelas grandes empresas que continua a concentrar a terra e a renda”.

Para isso, espera-se que a escola seja capaz de “resgatar e articular o saber ancestral das trabalhadoras e dos trabalhadores com as tecnologias alternativas e desenvolver práticas e saberes, em vista da qualificação intelectual e científica do povo do campo para uma produção alternativa, tais como: preservação ambiental, produção de sementes crioulas e orgânicas, transformação de produtos (pequenas agroindústrias), fitoterapia”. Ou seja, esta intenção firmada na carta aponta para uma escola não apenas inserida em seu espaço geográfico, mas

sim uma escola apropriada pelos seus sujeitos. Sujeitos condutores do processo formativo/educativo e cultural que fundamenta a escola. Portanto, a carta na sequência coloca a necessidade de:

reconstruir o currículo das escolas do campo ou que atendam a educandos do campo, a partir das realidades locais e regionais, na práxis pedagógica, construindo novos tempos e espaços do processo educativo, fazer isto com a participação dos sujeitos sociais deste meio. Dialogando com as experiências dos movimentos sociais, para que elas se tornem Escolas do Campo. Repensar o calendário destas escolas, respeitando os ciclos da natureza (produção) e a demanda das comunidades. [...] Garantir a formação de educadoras e educadores do campo produzindo uma nova pedagogia, adequando os Cursos Normais ou abrindo turmas especiais, Curso de Pedagogia da Terra, bem como a formação continuada dos que já estão atuando nestas escolas para que aprofundem a realidade do campo e desenvolvam novas práticas metodológicas (II CONFERÊNCIA ESTADUAL POR UMA EDUCAÇÃO BÁSICA DO CAMPO, 2002).

A Constituinte Escolar e a Comunidade da Escola Estadual de Ensino Fundamental Rosa Argentam –Erechim

Na página dois do Projeto Político Pedagógico elaborado no Quinto Momento da Constituinte Escolar a Escola está caracterizada da seguinte forma: “A Escola Estadual de Ensino Fundamental Rosa Argenta, encontra-se distante da sede do Município de Erechim 10 quilômetros.

É uma região predominantemente agrícola com alguns proprietários, possuindo um número expressivo de pessoas assalariadas que trabalham como operários nas indústrias e agricultura e pessoas que trabalham como biscateiros e diaristas.

A clientela escolar varia de 6 á 14 anos, a maioria de nível sócio econômico baixo, não apresentam problemas de aprendizagem. O grau de instrução dos pais dos alunos e da comunidade em geral é primário ou semianalfabeto.

Além da Escola, a comunidade possui um clube de diversão, uma cancha de bochas, uma igreja, um campo de futebol, grupo de idosos, 2 mini mercados. Todas as entidades da comunidade são dirigidas por pessoas residentes no km 10 Povoado Argenta.

A Escola não possui funcionários além de duas professoras que atendem os alunos de 1^a a 5^a série. “A limpeza da escola, arredores, merenda escolar, trabalho na horta é feito pelas professoras, alunos e pessoas da comunidade”.

A comunidade da Escola Estadual de Ensino Fundamental Rosa Argenta do município de Erechim participou de todos os momentos da Constituinte Escolar. Tal afirmativa é

possível pelo registro feito no livro de Atas da Constituinte Escolar. Na ata número 01/99 é realizada discussão sobre a história da escola e do processo pedagógico lá desenvolvido.

Um dos moradores mais antigos da comunidade foi o responsável pela narrativa do processo histórico e pedagógico desenvolvido na Escola, desde sua criação em 1919, até a atualidade. “Foi feito um paralelo entre a vida na família e na escola antiga e na família e escola atual, os sacrifícios feitos pelos pais antigos para manter os filhos na família, na escola”.

Na Ata número 03/99 do dia 21 de setembro encontramos que “As práticas pedagógicas eram condizentes com a realidade da escola, os alunos tinham horta da escola com a participação deles, incentivavam danças folclóricas com apresentações, desfile patriótico no dia sete de setembro. O lazer das crianças era brincar de casinha no mato, a bola era feita de pano ou uma bexiga de porco cheia, na escola brincavam de ciranda-cirandinha, ovo-choco, Terezinha de Jesus e outras da época. O cultivo das terras era feito com tração animal, cultivando trigo, feijão, milho e produtos de consumo e a colheita era feita manual. O transporte era feito com tração animal”.

No registro e avaliação de suas práticas a escola externa uma “consciência ingênua” em relação a sua realidade. Embora as práticas sejam reveladoras dos princípios que as fundamenta, e que a busca destas práticas representa o início de um processo de reflexão, percebe-se que a apropriação, no caso da escola pelos seus sujeitos, não ocorre mecanicamente, implica em trabalhar estes elementos que são trazidos, levantados, percebidos.

Chama a atenção que pelo fato da escola possuir uma horta e as brincadeiras realizadas sem a mediação de nenhuma “parafernália” passa a ideia de que as práticas eram condizentes com a realidade. A realidade de um trabalhador que tem a autonomia de se relacionar com a natureza e daí, a partir dos recursos disponíveis, criar e recriar seus instrumentos de trabalho, pois ainda, não foi dominado/alienado pela imposição do consumo dos produtos “modernos” industrializados.

Este modo de ser, “livre das tecnologias modernas” de consumo, é externado no comportamento dos alunos que criam seus próprios brinquedos.

Agora no Quinto Momento, é a parte da formulação/reformulação da Proposta Político Pedagógica e dos Regimentos Escolares. Nessa etapa, como nas demais a comunidade da Escola Rosa Argenta também fez-se presente. Professores, alunos e pais construíram conjuntamente a caminhada. A Ata do dia 18 de novembro de 2000 na página sete mostra a discussão relativa ao Projeto Político Pedagógico.

A professora registrou. “Chegamos ao quinto momento – Formular a Proposta Político Pedagógica de cada escola. Questionamento e esclarecimento. O que é Político? É tudo que nos envolve na família, comunidade, escola, são as trocas de ideias, decisões, (igreja, clube, esportes) é ouvir, falar e chegar a uma conclusão que beneficie a todos. O que é Pedagógico? É como os ensinamentos são feitos diante da realidade, no nosso caso é como a escola vai ensinar diante dos problemas sociais. O que é então proposta – político – pedagógica? É como a escola vai conduzir o ensino aprendizagem diante as diversas situações na família, comunidade, município, estado analisando as injustiças sociais, o poder de alguns, refletir sobre o meio ambiente, o uso da terra e outros questionamentos que surgirão no decorrer do processo ensino – aprendizagem.”

Ao perguntar sobre a Proposta Política Pedagógica aos pais, estes relataram que esta oportunidade é muito importante porque todos podem colocar suas ideias com espontaneidade. “Nesse momento foi lido uns textos dos alunos sobre problemas mais agravantes que estão acontecendo na nossa sociedade e através dessa leitura foi feita uma reflexão e então os pais opinaram sobre o que é preciso que nossos filhos aprendam e muitos presentes colocaram a importância de que eles precisam aprender técnicas agrícolas e um ensino voltado para nossa realidade e que esses alunos não sejam mais levados para a cidade estudar e sim que haja uma escola na comunidade que ofereça a eles um ensino prático de sua realidade.”

A presença da comunidade na escola é destacada como um aspecto positivo pelos pais, pois podem colocar-se e dizer, com espontaneidade suas ideias. Ao dizê-las externa a crítica à escola, seu distanciamento, seu estranhamento, a escola não contribui com um ensino prático da realidade.

As discussões realizadas pela comunidade da escola Rosa Argenta e as propostas de construção da escola democrática e popular expressa nos Princípios e Diretrizes apontados pela comunidade gaúcha envolvida no Movimento da Constituinte Escolar se materializam na Proposta Político Pedagógica da Escola.

Ao explicitar a Finalidade da escola o/a redator/a escreveu: “Nossa comunidade Escolar unem-se em prol de uma educação que provoque nos alunos, questionamento sobre o sistema que nos é apresentado com políticas voltadas aos interesses das classes dominantes”. Parece claro para a comunidade da escola Rosa Argenta, que a mesma é

um aparelho a serviço dos interesses da classe dominante, cumprindo a função de reproduzir as relações sociais de classe pela imposição da ideologia dominante e pelo preparo dos indivíduos para ocupar os postos que lhes são destinados pela estrutura da sociedade de classes (SAVIANI, 2005, p. 251).

Diante deste questionamento, “a comunidade escolar direciona a educação para formar indivíduos como cidadãos autônomos de suas ideias, voltados para uma atividade no meio rural, priorizando a preservação do meio ambiente”.

Importante destacar que em anexo ao Projeto Político Pedagógico encontra-se um documento com as proposições da comunidade escolar e que serviram de base para a formulação do Projeto Político Pedagógico.

O título do documento: Debate com a Comunidade para formular a Proposta Político Pedagógica. Na introdução diz: “Após reunião com toda a comunidade escolar debatendo sobre os princípios e Diretrizes da Constituinte Escolar, refletindo sobre a atuação escolar atual, foi feito um levantamento de questões com as preocupações de todos onde deram as seguintes opiniões. A questão número um perguntava: Que tipo de cidadão eu quero para que aconteça uma mudança de pensamento no ser humano?”

A Escola deve trabalhar em torno dos seguintes itens colocados pela comunidade presentes na reunião: Desvantagens do abandono do campo; Cidade - custo de vida caro e desemprego; Cultivar raízes com muito diálogo – crianças, jovens, adultos e terceira idade; Compreensão do mundo em que vive; Cidadãos competentes, honestos, trabalhadores, responsáveis, humildes, solidários, respeitando os seres humanos e a natureza; Participar na comunidade em que vive; Crescimento do município preservando o meio ambiente; Mudança de pensamento e modo de agir.

Assim sabemos que muitas vezes em nome de que todos aprendam a qualquer custo, as competências requeridas para sair da exclusão e da pobreza, a escola e suas estruturas ainda terminam excluindo, desumanizando os já excluídos e desumanizando fora da escola. O preço que a lógica social e a lógica escolar impõem aos setores populares para sair da pobreza é tão alto que ainda reitera a desumanização, reforça sua autodestruição. Que fazemos na escola com adolescentes e jovens multireprovados mais do que terminar de destruir sua auto-imagem de seres humanos? Se no foco de nosso olhar não estiver primeiro concomitantemente recuperar a humanidade roubada, não acertaremos com o ensino-aprendizagem de nada (ARROYO, 2001, p. 63).

Diante da questão: O que a Escola deve ajudar a comunidade rural para entender o êxodo rural? Responderam que à escola cabe orientar os alunos sobre êxodo rural:

Ampliar as escolas rurais com currículos que atendam as necessidades do homem do campo; Sobrevivência na propriedade rural; Dificuldades da vida urbana; Viver a realidade do que sabe produzir – agricultura; União dos agricultores, talvez em forma de pequenas cooperativas. Políticas voltadas para incentivar a pequena propriedade com tecnologia na propriedade; Amor a terra e tudo que ela produz; Orientação para exercer uma profissão autônoma na sua propriedade.

Ao dizerem o que esperam da escola, os pais externam a preocupação para com a afirmação de uma identidade que lhes é própria e que almejam reconhecer. Ao mesmo tempo reconhecem os limites da escola que lhes é oferecida. Esta escola, este currículo não foi desenhado para construir sujeitos autônomos.

Como nos diz Brandão

o professor-funcionário serve ao poder de quem se serve do saber para manter o mundo como está e os homens como são, longe ainda de serem o que podem ser. mas o ensino a que serve, pode servir também à luta em nome de um outro mundo a construir todos os dias, a partir da sala de aula também (1985, p. 16).

Pelas questões presentes no documento em anexo, podemos concluir que as discussões se deram em torno de todo o processo pedagógico. Discutiram, refletiram sobre O que? Como? E Para que ensinar?

Desejam que a escola mostre aos seus filhos que o abandono do meio rural sem qualificar-se resulta numa vida miserável na periferia urbana. E entendem que se a escola desse um tratamento especial à produção primária, atividade por eles desenvolvida, o êxodo poderia ser reduzido significativamente, senão impedido. Defendem que a escola precisa trabalhar no sentido da diversificação da produção na propriedade rural.

Percebe-se aqui, claramente, que as consequências negativas do modo de produção capitalista atingem os moradores da comunidade do km 10, e que eles os conhecem, tanto os que se materializam na comunidade rural, quanto os do centro urbano. O centro urbano com as periferias pobres, constituídas de populações oriundas, na sua grande maioria, do meio rural, está próximo deles, há apenas 10 km de distância. Da mesma forma, a necessidade da diversificação da produção na propriedade rural, como uma estratégia de sobrevivência da mesma, atribuindo à escola à tarefa de “qualificar” para este contexto.

Pelas respostas às questões acima, questões discutidas em momentos de estudo propiciados pelo Movimento da Constituinte Escolar, podemos concluir que a comunidade escolar percebe as transformações no mundo do trabalho, as possibilidades e as dificuldades postas em decorrência de tais transformações. Tem clareza que a escola e a comunidade não são ilhas, estão inseridas num contexto mais amplo que os atinge. Os problemas do mundo urbano também estão presentes na comunidade rural: desemprego, trabalho assalariado, drogas, perda de identidade e de valores como a honestidade, a solidariedade. E ingenuamente acreditam que a escola pode não apenas ajudar na compreensão do mundo em que vivem e nele se situarem, mas, resolver as contradições do modelo de desenvolvimento hegemônico, quais sejam: êxodo rural, desemprego, miséria, perda de identidade.

Referências Bibliográficas

ARROYO, Miguel. **Ofício de mestre**: imagens e auto-imagens. 3. ed. Petrópolis: Vozes, 2001.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **Lutar com a palavra**. 2. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1985.

_____. **A educação popular na escola cidadã**. Petrópolis: Vozes, 2002.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da indignação**: cartas pedagógicas e outros escritos. São Paulo: Unesp, 2000.

LIVRO de Atas da Constituinte Escolar da Escola Estadual de Ensino Fundamental Rosa Argenta. Erechim.

LIVRO de Atas da Constituinte Escolar da Escola Estadual de Ensino Fundamental Professora Carmen Scotti Pacheco. São José do Ouro.

PROJETO–Político-Pedagógico da Escola Estadual de Ensino Fundamental Rosa Argenta. Erechim.

REGIMENTO Escolar da Escola Estadual de Ensino Fundamental Rosa Argenta. Erechim.

SAVIANI, Dermeval. Educação socialista, pedagogia histórico-crítica e os desafios da sociedade de classes. In: LOMBARDI, José Claudinei; SAVIANI, Dermeval. **Marxismo e educação**: debate contemporâneo. São Paulo: Autores Associados; HISTDBR, 2005, p. 223-274.

SECRETARIA ESTADUAL DE EDUCAÇÃO. II Conferência Estadual Por uma educação básica do campo. Porto Alegre, abril de 2002.

SECRETARIA ESTADUAL DE EDUCAÇÃO. Regimento da Conferência Estadual da Educação. Porto Alegre, junho de 2000.

SECRETARIA ESTADUAL DE EDUCAÇÃO. Caderno Temático n. 18. Educação do meio rural. Porto Alegre, maio de 2000.

SECRETARIA ESTADUAL DE EDUCAÇÃO. Texto Base para as Pré-Conferências Municipais/Microrregionais da Educação. Porto Alegre, julho de 2000.